Sun, Sand, Sea & Bikini. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60

Sun, Sand, Sea & Bikinis. *Architecture and Tourism: Portugal in the 1960s*

Sun, Sand, Sea & Bikini. *Architecture et tourisme : Portugal années 60*

Susana Lobo

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/rccs/4170>

DOI: 10.4000/rccs.4170

ISSN: 2182-7435

Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição impressa

Data de publicação: 1 Dezembro 2010

Paginação: 91-106

ISSN: 0254-1106

Refêrencia eletrónica

Susana Lobo, « Sun, Sand, Sea & Bikini. Arquitectura e turismo: Portugal anos 60 », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 91 | 2010, colocado online no dia 16 outubro 2012, criado a 30 abril 2019.

URL : <http://journals.openedition.org/rccs/4170> ; DOI : 10.4000/rccs.4170

SUSANA LOBO

Sun, Sand, Sea & Bikini. **Arquitectura e turismo:** **Portugal anos 60**

“Anos de Ruptura”, a década de 1960 marca, em Portugal, um importante ponto de viragem na transição para a democracia. A “derrota” de Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, o deflagrar da Guerra Colonial, o crescente êxodo rural e a emigração económica e política, as lutas estudantis, o Marcelismo e a abertura ao investimento exterior, assim como a generalização de importantes benefícios sociais, como o direito a férias pagas, testemunham profundas transformações na sociedade portuguesa, com inevitáveis repercussões na organização do território. A par da suburbanização dos principais centros populacionais do país, o advento de um turismo de massas será o principal motor dessa nova ordem espacial, assistindo-se ao ensaio de novos modelos urbanísticos e arquitectónicos que iriam revolucionar o panorama disciplinar nacional. É sobre o impacto do fenómeno turístico na actividade dos arquitectos portugueses e, consequentemente, na sua relação com a sociedade e os mecanismos de produção capitalista dos anos sessenta que o presente artigo se propõe reflectir, na perspectiva de relançar o debate, então adiado, acerca das implicações físicas e culturais do lazer na colonização da paisagem.

Palavras-chave: anos 60; arquitectura; território; turismo; urbanismo; Portugal; século XX.

Introdução

Na História de Portugal de José Mattoso, Fernando Rosas diz que “olhar para o país na década de 60 é enfrentar um mundo completamente diferente” (Rosas, 1994: 441). Sob o ponto de vista do turismo, esta afirmação ganha especial pertinência. A uma oferta dedicada quase exclusivamente à procura interna, centrada na propaganda dos “Valores Turísticos Nacionais” e estruturada a partir de uma rede de pousadas espalhadas pelos principais itinerários turísticos do país, sobrepõe-se, então, a necessidade de dar resposta à crescente entrada de estrangeiros que atravessam as nossas fronteiras à descoberta do sul. O “veraneante” dá, assim, lugar ao

“turista”.¹ Evolução tipológica que iria revolucionar o mapa do turismo português, fomentando o aparecimento de novas geografias do lazer que seria preciso planejar e equipar. O litoral, principal cenário da construção de um “tempo de férias”, será o território de eleição para a experimentação de outras formas de produção turística, em que arquitectos e urbanistas se aliam aos grandes investimentos privados, nacionais e, a partir desta década, internacionais, para criar as novas paisagens do ócio.

¹ Se o veraneante, “esse estranho personagem moderno [...] se desloca anualmente do seu território familiar para reencontrar, numa atmosfera nova, um espaço de sedentarização temporária” (Ferreira, 1995: 2), o turista, “talvez [...] um personagem precocemente pós-moderno, alienado mas procurando realização na sua própria alienação” (MacCannell, 1999: XVI), define-se “na sua essência [pela] expectativa de novidade e mudança prometida pela viagem” (Cohen, 2004: 22) e, nesse sentido, a ênfase é colocada mais na sua condição de “viajante” do que na sua componente de “visitante”.

Turismo de massas

A recuperação económica conseguida no pós II Guerra Mundial, com as ajudas Marshall e a criação da OCDE, teria as suas repercussões na melhoria das condições de vida na Europa, assistindo-se à consolidação de conquistas sociais importantes, como o direito a férias pagas, conceito introduzido já nos anos trinta,² mas que agora ganha outra dimensão, e a democratização do acesso a meios de transporte particulares e colectivos, como o automóvel, a camioneta e o avião, surgindo, nesta altura, as primeiras companhias de voos charter internacionais. A liberdade associada a estas conquistas, na possibilidade de escolha de como e onde ocupar o tempo livre de cada um, iria desencadear um movimento de massas sem precedentes na história do turismo. A atracção pela costa, como espaço de lazer privilegiado, e o exotismo das culturas do sul, associado à apolo-gia do sol e da praia, alimentam toda uma procura que fomenta a deslocação sazonal das populações do centro e norte da Europa rumo à bacia mediterrânica, na qual Portugal se inscreve, por extensão, como destino turístico apetecível.

Necessariamente, às formas de sociabilidade associadas à moda da praia correspondem novas condutas e códigos de expressão individual. O biquíni é o símbolo máximo desta nova maneira de estar. Ainda que apresentado em Paris, pela primeira vez, em 1946, criação polémica do engenheiro mecânico Louis Réard, é só com o impulso dado pela produção cinematográfica da época que o uso do biquíni se vulgariza. Quem não se lembra de Brigitte Bardot em “Et Dieu... créa la femme”, de 1956, realizado por Roger Vadim, ou de uma desafiante Ursula Andress, numa das mais emblemáticas cenas do primeiro filme da série James Bond, “Dr. No”, de 1962?

Mas às imagens sensuais que nos chegavam lá de fora no grande ecrã, o “Inquérito à arquitectura popular em Portugal”³ contrapunha uma realidade bem menos “glamorosa”. “Uma iniciativa necessária” lançada por Francisco Keil do Amaral, em 1947, nas páginas da revista *Arquitectura*, o “Inquérito” revelava uma população predominantemente agrária, envelhecida e (sobre)vivendo em condições de quase miséria. Era o Portugal rural

² O direito a férias pagas é introduzido em Portugal em 1937, apenas um ano depois de França, ainda que reduzido aos quadros permanentes das “[...] empresas comerciais e industriais que empreguem normalmente vinte assalariados, pelo menos, [...]”, e aos “[...] empregados dos quadros permanentes [...] que tenham normalmente ao seu serviço seis empregados [...]” (Decreto-Lei N.º 1: 952, 10 Março 1937).

³ Iniciado em 1955, o “Inquérito” seria publicado, em 1961, sob o título *Arquitectura popular em Portugal*, pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos.

apadrinhado pelo regime salazarista e já cristalizado no “Concurso da aldeia mais portuguesa de Portugal”.⁴

Esta situação vinha agravada pelo espoletar, em três frentes quase simultâneas, da Guerra Colonial, exigindo ao país um esforço financeiro extraordinário, que se iria prolongar ao longo de mais de uma década. Esse esforço só é contrabalançado pela entrada de divisas provenientes, por um lado, da crescente massa de emigrantes que abandonam o país por motivos essencialmente económicos, mas também políticos, e, por outro, do crescente número de entradas de turistas nas fronteiras portuguesas.

Pelas estatísticas do INE, para uma população residente que ronda em média os 8 milhões de habitantes no período de 1960 a 1970, assistimos a um pico de emigração em 1966, com 232 000 emigrantes estimados, e à afirmação de Portugal no roteiro dos destinos turísticos internacionais, atingindo-se o milhão de turistas em 1964, os 2 milhões em 1967 e, em 1970, os 3 milhões, representando as receitas turísticas conseguidas deste fluxo migratório uma importante fatia no saldo da dívida externa do país. É neste contexto que se percebe a aparente abertura ao investimento exterior promovida pelo governo no final dos anos sessenta.

Naturalmente, estes números teriam o seu reflexo no delinear dos Planos de Fomento. Inicialmente centrados na consolidação dos sectores agrícola (I Plano de Fomento, 1953-1958) e industrial (II Plano de Fomento, 1959-1964), mas sempre atentos à necessidade da infraestruturização do território, acusam, a partir do pico de entradas observado em 1964, a importância que a actividade turística começa a ter para a balança de pagamentos nacional. No Plano Intercalar de Fomento, para o período de 1965-1967, é criado pela primeira vez um capítulo dedicado exclusivamente ao turismo, atribuindo prioridade aos investimentos a realizar nesta área.⁵ Com a chegada do segundo milhão de turistas em 1967, o III Plano de Fomento, para 1968-1973, considera já este sector como estratégico para o crescimento económico do país, quer como mecanismo de exportação de serviços, quer como catalisador de efeitos noutras áreas de produção. Nos objectivos do Plano de Fomento de 1974-1979, cuja execução é interrompida com a Revolução de Abril, é ainda evidente o peso que se atribuía ao turismo no equilíbrio das finanças internas e das assimetrias regionais e, mesmo, sociais do país.

⁴ Concurso promovido pelo SPN – Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, que distinguiu, em 1938, a aldeia de Monsanto, no concelho de Idanha-a-Nova, com um Galo de Prata.

⁵ Tal como pela primeira vez se integra, também, um capítulo referente à habitação, sinal de uma maior consciência da necessidade de se dar uma resposta urgente à suburbanização dos grandes centros populacionais do país.

Já não é de um turismo idealista que se trata, mas de um turismo de massas, “no sentido de multidão e também no sentido de dinheiro e de proveitos”, “cuja exploração pode trazer ao País apreciáveis rendimentos” (Amaral, 1962). À *Fonte de riqueza e poesia* de António Ferro sucediam-se as “Nuvens negras” profetizadas por Keil do Amaral.

Arquitectura e turismo

A expansão de uma cultura dos tempos livres a partir da década de sessenta, no que Joffre Dumazedier (1962) designa por “civilização do lazer”, iria ter as suas repercussões na prática da arquitectura. O lazer, entendido enquanto “valor” e enquanto “actividade”, é agora assumido como elemento central na definição de um “estilo de vida”, “substituindo a “ocupação” como a base de fundação das relações sociais, do status social e da interacção social” (MacCannell, 1999: 6). Deslocação de perspectiva que vinha colocar novos desafios programáticos aos arquitectos e, sobretudo, contribuir para o debate contemporâneo da revisão do Movimento Moderno. Porque se, na sua essência, o turismo pode ser entendido como uma procura do que é único e singular, ou seja, do extraordinário, a arquitectura, para participar deste processo, tem de ser capaz, ou de se constituir ela própria como atracção turística,⁶ isto é, de se revestir de significado simbólico, ou de transmitir um sentido de lugar, criar um ambiente suficientemente distinto para atrair potenciais turistas. Ideia que nos reporta para conceitos como “monumento”, “memória” e “identidade”, que o discurso moderno rejeita, à partida, enquanto projecto a-histórico, universal e uniformizador.⁷

E aqui reside uma das mais interessantes contradições estruturais do fenómeno turístico. Se, por um lado, é um produto indissociável da sociedade moderna,⁸ por outro é uma construção cultural de carácter intrinsecamente pós-moderno.⁹ Nesse sentido, também a arquitectura, enquanto mecanismo

⁶ Dean MacCannell define uma atracção turística como “uma relação empírica entre um *turista*, uma *vista/paisagem* e um *sinhal* (um elemento informativo sobre uma vista/paisagem)” (MacCannell, 1999: 41).

⁷ Conceitos que serão centrais para o questionamento da ortodoxia do Movimento Moderno dentro da própria estrutura dos CIAM (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*), com a afirmação de uma nova geração de arquitectos congregados em torno da discussão de temas como *Le Coeur de la Ville* (CIAM VIII, Hodgesdon, 1951) ou *L'Habitat* (CIAM IX e X, Aix-en-Provence e Dubrovnik, 1953 e 1956), que levariam à sua extinção, em 1959, no congresso de Otterlo.

⁸ “Ser turista é uma das características da experiência ‘moderna’. Não ‘ir para fora’ é como não ter um carro ou uma bela casa. Tornou-se um sinal de status [...]” (Urry, 2002: 4).

⁹ “O turismo é prefigurativamente pós-moderno pela sua combinação particular do visual, do estético, do comercial e do popular” (Urry, 2002: 78).

de espacialização da experiência turística, depende deste cruzamento entre “diferenciação” e “representação”.

É precisamente neste confronto que opõe “modernidade” e “identidade”, que a produção arquitectónica dos anos sessenta se vai balizar, definindo uma “terceira via” de pensamento, que Kenneth Frampton viria a designar por “regionalismo crítico”¹⁰ (Frampton, 1997: 381) e John Urry de “pós-modernismo vernacular”¹¹ (Urry, 2002: 114).

Não é, no entanto, exclusivamente ao nível da sua capacidade de “comunicação” que se estabelece a relação entre a arquitectura e o turismo. É, também, na dimensão mais prática da sua utilidade, da sua função. O turismo, entendido como “viagem” ou “deslocação”, implica, necessariamente, a construção de equipamentos que o suportem, fixando esta actividade num tempo e num lugar concretos. Assim, às novas formas de organização do lazer resultantes da generalização da experiência turística vão corresponder novos programas e tipologias arquitectónicas que tentam dar resposta à crescente massificação e diversidade de procura que se esboçam a partir desta década. Esse aumento de escala vai-se reflectir no tipo de encomendas que dominam a prática profissional deste período, favorecendo o ensaio de novos modelos formais, espaciais e, mesmo, de produção, associados a uma arquitectura do turismo.

Em Portugal, a balizar a década, assistimos à inauguração de dois importantes equipamentos turísticos na capital: o Hotel Ritz (1952-1959), obra de Porfírio Pardal Monteiro para a SODIM – Sociedade de Investimentos Imobiliários, e a Fundação Calouste Gulbenkian (1959-1969), da equipa vencedora do concurso restrito por convites, Alberto José Pessoa, Pedro

¹⁰ Para Kenneth Frampton “Regionalismo crítico é menos um estilo do que uma categoria crítica voltada para certas características comuns [...] sintetizadas da seguinte maneira: 1) O Regionalismo crítico deve ser entendido como uma prática marginal que, embora crítica acerca da modernização, ainda assim se recusa a abandonar os aspectos emancipatórios e progressistas do legado arquitectónico moderno [...]; 2) [...] em vez de enfatizar a construção como objecto independente, faz a ênfase incidir sobre o território a ser estabelecido pela estrutura erguida no lugar [...]; 3) [...] favorece a realização da arquitectura como um fato *tectónico*, e não como a redução do ambiente construído a uma série de episódios cenográficos desordenados; 4) [...] é regional na medida em que invariavelmente enfatiza certos fatores específicos do lugar, [...]; 5) [...] enfatiza tanto o tátil como o visual [...]; 6) enquanto se opõe à simulação sentimental do vernáculo local, em certos momentos [...] vai inserir elementos vernáculos reinterpretados como episódios disjuntivos dentro do todo; 7) [...] tende a florescer naqueles interstícios culturais que, de um modo ou de outro, são capazes de fugir ao cerco da investida otimizada da civilização universal [...]” (Frampton, 1997: 396-397).

¹¹ John Urry define o “pós-modernismo vernacular” como uma variante da arquitectura pós-moderna, em que “o que o *pós* exprime em pós-moderno” “[é] *anti* moderno”, isto é, “não é simplesmente posterior ao moderno, nem significa um retorno ao pré-moderno – é *contra* o moderno”. Nesse sentido, “o espaço, no pós-modernismo vernacular, é localizado, específico, dependente do contexto e particularista – em contraste com o espaço modernista, que é absoluto, geral e independente do contexto” (Urry, 2002: 114).

Cid e Ruy Jervis d'Athouguaia, com a colaboração dos arquitectos paisagistas António Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles.¹² São duas obras que testemunham, por um lado, a conjuntura disciplinar internacional,¹³ e, por outro, o momento de experimentação tipológica que se vive, avançando com um novo conceito de hotel e com o programa inédito, no nosso país, da construção de um centro cultural.¹⁴

Mas é na costa que vamos encontrar as intervenções mais emblemáticas desta nova fase de infraestruturação do lazer. País de situação geográfica periférica, Portugal destaca-se nos roteiros internacionais pela oferta de “sol, areia e praia”, trilogia que vem reforçar a sua condição de “limite” e, por isso, a sua atractividade aos olhos do turista.

Planear o ócio

No início dos anos sessenta, o anúncio da construção de uma nova travessia rodoviária sobre o Tejo,¹⁵ que vinha ligar, directamente, Lisboa a Almada, e a perspectiva da localização de um aeroporto internacional em Faro¹⁶ determinariam uma escalada dos grandes investimentos turísticos rumo ao sul. O Algarve, território há muito esquecido pelo poder centralizador do regime,¹⁷ cobre-se de “Nuvens negras” sob a ameaça de especuladores imobiliários que procuram “grandes lucros e rápidos” (Amaral, 1961: 1). É o arquitecto Francisco Keil do Amaral quem dá o alerta, na primeira página do *Diário de Lisboa*, de 23 de Fevereiro de 1961. Atento à crescente

¹² Das outras duas equipas constituídas para participar no concurso faziam parte, numa, os arquitectos Arménio Losa, Luís Pádua Ramos e Sebastião Formosinho Sanchez e, noutra, Manuel Maria Laginha, Arnaldo Araújo e Frederico George. O conjunto da Fundação Calouste Gulbenkian seria distinguido com o Prémio Valmor de 1975, em *ex aequo* com a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, 1970) e classificado como Monumento Nacional em 2006, reflexo de uma nova atitude cultural e patrimonial perante a produção arquitectónica recente.

¹³ Curiosamente, a primeira finalizada e a segunda lançada em 1959, ano em que são extintos os CIAM.

¹⁴ Empreendimento só equiparado, vinte anos mais tarde, à construção do Centro Cultural de Belém, programado para acolher a presidência portuguesa da União Europeia, de 1992, e resultado de um concurso internacional de arquitectura, lançado em 1988, de que saiu vencedora a proposta do consórcio Vittorio Gregotti e Manuel Salgado.

¹⁵ Com contrato de construção assinado em 1957, a obra seria adjudicada, em 1960, à empresa norte-americana United States Steel Export Company, vencedora do concurso público internacional, lançado um ano antes, para a apresentação de propostas. As obras teriam início a 5 de Novembro de 1962 e a ponte seria oficialmente inaugurada a 6 de Agosto de 1966.

¹⁶ Inaugurado a 11 de Julho de 1965.

¹⁷ Ainda que, na sequência da institucionalização, em 1934, dos “Planos gerais de urbanização”, se tenha procedido ao estudo urbanístico das principais praias e cidades algarvias. Até 1960, tinham sido objecto de plano: a Praia da Rocha (1936); a Praia de Monte Gordo (1942/1957-1958); Faro (1945-1946); Olhão (1945); Armação de Pêra (1948-1958); Tavira (1949-1954); Portimão (1950); Albufeira (1951); Quarteira (1953); Lagos (1957); Aljezur (1957); Monchique (1957); Vila do Bispo (1958-1960); Praia de Odeceixe (1960) e Praia de Tavira (1960) (Lôbo, 1995: 273-278).

descharacterização da costa algarvia, face a uma liberalização tendenciosa da iniciativa privada, Keil do Amaral defende a urgência de se proceder ao planeamento turístico da região. Preocupações que seriam sedimentadas nas “Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve”, relatório que lhe é encomendado pelo então Ministro das Obras Públicas, Eduardo Arantes e Oliveira, e finalizado em 1962.

Pelo seu rigor e profundidade, este estudo viria a servir de base para a elaboração, quatro anos depois, de um “Plano regional do Algarve”, coordenado pelo urbanista italiano Luigi Dodi, professor da Universidade de Milão, que havia participado no Colóquio sobre Urbanismo, realizado em Lisboa em 1961. O “Plano regional” seria, por sua vez, segmentado em planos parciais, desenvolvidos, cada um deles, por diferentes equipas de arquitectos,¹⁸ dividindo-se a costa algarvia em onze sectores.¹⁹ Procurava-se, desta forma, criar um instrumento prático de ordenamento urbano e territorial que orientasse o surto turístico em grande escala que se adivinhava no Algarve, atendendo, por um lado, às consequências deste fenómeno na estrutura social e económica local e prevendo, por outro, a evolução da capacidade turística da região.

Mas, apesar de todo o esforço técnico envolvido neste processo, a verdade é que este plano apenas se viria a constituir como instrumento de orientação e coordenação geral, sem obrigatoriedade de ser implementado, uma vez que o planeamento regional não se encontrava ainda contemplado sob qualquer forma de regulamentação específica.²⁰ A conflitualidade dos interesses implicados, desde o poder central, aos municípios e aos proprietários privados, e o desfasamento que se verifica entre o modelo urbanístico preconizado e a realidade dos mecanismos de urbanização, dependentes da organização cadastral do solo, levaria a sucessivos desvios ao instrumento regulador, pondo em causa a sua capacidade de gerir a transformação do território.

Mesmo assim, em 1967, a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização²¹ encarrega os arquitectos paisagistas António Viana Barreto, Duarte Frazão

¹⁸ Frederico George, no Sector 3; Conceição Silva e Maurício de Vasconcellos, no Sector 4; António Rodrigues, no Sector 5; Norberto Correia, no Sector 6; e Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves, no Sector 11.

¹⁹ Destes, em 1972, apenas três estavam completos (Sector 3 – Lagos; Sector 4 – Portimão; e Sector 11 – Vila Real de Santo António), e quatro encontravam-se em fase de esboço (Sector 5 – Lagoa; Sector 6 – Armação de Pêra; Sector 7 – Albufeira; e Sector 8 – Quarteira). Até 1974, completam-se os planos do Sector 5 e do Sector 9 (Faro e Olhão).

²⁰ É só com o Decreto-Lei 560/71 que se estabelece, finalmente, uma base legal para que este tipo de estudos viesse a ser respeitado e seguido.

²¹ Organismo, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, criado em 1944 e que passa a centralizar a intervenção do Estado na área da urbanização, reunindo serviços que estavam, até então, dispersos por várias tutelas.

Castello-Branco e Álvaro Ponce Dentinho da realização de um “Estudo preliminar do ordenamento paisagístico do Algarve”. Estudo, também ele, sem repercussões reais para o desenvolvimento da região.

Embora inconsequentes, estes dois exemplos testemunham a actualidade da planificação do turismo no nosso país, em relação ao contexto internacional,²² e o envolvimento dos arquitectos portugueses, ao lado dos urbanistas, na discussão e resolução dos problemas de desenho do território introduzidos, nos anos sessenta, com a explosão do fenómeno turístico.²³ Esse envolvimento ia revelar-se bem mais profícuo ao nível da encomenda privada.

Tipologias emergentes

Na costa, os anos sessenta vão dar continuidade aos grandes programas turísticos da década anterior: o hotel de praia e as piscinas de mar. Com o surto de construção hoteleira que se verifica nesta altura, em muito favorecido pela criação, em 1956, de um Fundo de Turismo,²⁴ podemos perceber uma evolução tipo-morfológica neste tipo de equipamentos. As piscinas de mar, de certa forma, desaparecem para passar a estar integradas nos complexos hoteleiros e os hotéis de praia ganham crescente independência em relação aos aglomerados urbanos que lhes dão origem, para construir o seu próprio território, a sua própria paisagem, anunciando as megaestruturas hoteleiras do final da década. Estas estruturas auto-referenciáveis e auto-suficientes, em que o hóspede encontra à sua disposição uma série de programas complementares – piscina, “boîte”, casino, golfe – que procuram responder às

²² Os diversos estudos encomendados pelo governo português, ao longo da década de sessenta, para o planeamento turístico, urbanístico e paisagístico do Algarve são contemporâneos dos *Pequeños Congresos* realizados em Espanha, entre 1959 e 1969, dos quais três são dedicados às implicações arquitectónicas e urbanísticas do turismo no desenho do território, assim como do plano de *Aménagement Touristique du Littoral Languedoc-Roussillon*, lançado pelo governo francês, em 1964, e com uma segunda fase de trabalhos, de 1969.

²³ Tal como já haviam estado envolvidos, cerca de vinte anos antes, na elaboração dos “Planos gerais de urbanização” implementados pelo Decreto-Lei n.º 24:802, de 21 de Dezembro de 1934, segundo o qual ficavam obrigadas a promover o “levantamento de plantas topográficas e a elaboração de planos gerais de urbanização” todas as “localidades com mais de 2500 habitantes que, entre dois recenseamentos oficiais consecutivos, acusem um aumento populacional superior a 10 por cento”, assim como todos os “centros urbanos ou zonas de interesse turístico recreativo, climático, terapêutico, espiritual, histórico ou artístico designados pelo Governo” (Lôbo, 1995: 255). Nesse sentido, esta relação dos arquitectos com a infraestruturização territorial do lazer é uma questão que vinha já de trás, ainda que em moldes diferentes.

²⁴ Pela Lei N.º 2082, de 4 de Junho de 1956, que cria, no Secretariado Nacional da Informação, o Fundo de Turismo, com o objectivo de “assegurar o fomento do turismo no País e, em especial, a auxiliar e estimular o desenvolvimento da indústria hoteleira e de outras actividades que mais estreitamente se relacionem com o turismo” (Lei N.º 2082, 4 Junho 1956).

suas necessidades recreativas e ancorar a actividade turística no interior da unidade de alojamento.

Ainda neste período, surgem os primeiros ensaios em torno de novas formas de organização turística, como é o caso dos aldeamentos. Procura-se, neste caso, resgatar relações ancestrais de ocupação humana, recriando ambientes e traços do povoamento tradicional, centrados na vivência da rua e da praça, e recuperando elementos identitários da arquitectura local. Paradoxalmente, a sua condição de empreendimentos privados nega, logo à partida, a pretendida unidade territorial e a necessária descontinuidade física que estabelecem com a envolvente próxima transforma-os em comunidades fechadas sobre si mesmas, verdadeiros condomínios privados.

Estas propostas iriam evoluir para um outro nível, o das cidades de lazer ou de turismo. Intervenções à grande escala e a longo prazo, que vão implicar uma crítica às formas tradicionais de organização da cidade, pensando-a, agora, a partir da perspectiva, ainda que monofuncionalista, do lazer. Implicam também o reequacionamento do papel do arquitecto no processo de produção da arquitectura, de projectista a coordenador de uma vasta equipa de técnicos de diferentes áreas. Esse reposicionamento iria ter as suas repercussões nas metodologias de trabalho, até então, defendidas no seio da disciplina, fomentando o aparecimento de grandes empresas multidisciplinares em concorrência com os pequenos ateliers.

A esta evolução tipológica e metodológica iria corresponder, ainda, uma evolução no carácter dos investimentos envolvidos na promoção de uma arquitectura do turismo. Se, numa primeira fase, são estritamente capitais portugueses que estão por detrás da construção de equipamentos turísticos no nosso país, a partir da liberalização económica promovida pela “primavera marcelista” são essencialmente investimentos estrangeiros que vão alimentar os grandes empreendimentos do turismo em Portugal. O próprio arquitecto Keil do Amaral dá-nos conta dessa tendência logo no seu artigo de 1961:

Só porque um holandês rico ou um nababo inglês compraram por bom preço umas quintas, inúmeros proprietários de terrenos agrícolas convenceram-se de que iriam chegar diariamente ricos de todo o Mundo com montes de dinheiro fácil para comprar todo o Algarve em quintas ou talhões. (Amaral, 1961: 11)

Mas a verdade é que chegaram. E compraram os melhores terrenos da nossa linha de costa, no que Mario Gaviria apelida de “neocolonialismo do espaço de qualidade” (Gaviria, 1974: 275). E não foi só no Algarve.

Se em *As praias de Portugal*, de 1876, Ramalho Ortigão percorria toda a costa atlântica, de norte para sul, e se ficava por Tróia, cem anos depois o mapa do turismo português podia desenhar-se, quase exclusivamente, daí para baixo.

Arquitecturas do sol

Falar da relação entre arquitectura e turismo em Portugal e, em particular, nos anos sessenta, é falar da obra do arquitecto Francisco Conceição Silva. Projectos como o Hotel do Mar (1960-1963/1964-1966), em Sesimbra, o Hotel da Balaia (1964-1968), de que resultaria o “Plano de expansão turística da Praia Maria Luiza” (1964-1966),²⁵ ou o “Plano de urbanização da Ponta do Adoxe” (1970-1973), parte integrante de um estudo mais vasto para a ocupação turística de toda a Península de Tróia (1962-1974), são fundamentais para perceber a transformação de conceitos e a evolução tipológica que caracteriza a produção turística deste período. Do hotel de praia, à megaestrutura hoteleira e à cidade do ócio, Conceição Silva trabalha diferentes programas e diferentes escalas num percurso que reflecte o desenvolvimento da indústria do turismo, nacional e internacional, no contexto de uma sociedade de consumo de massas.

Na periferia do pequeno aglomerado piscatório que lhe dá origem, Sesimbra, o Hotel do Mar marca um importante ponto de viragem na concepção dos hotéis de praia, afastando-se da rigidez tipológica dos primeiros modelos, verdadeiras frentes construídas agarradas à marginal atlântica, para encontrar a sua forma na adaptação orgânica do programa à topografia do terreno. Encomenda da Casa Jalco, do decorador João Alcobia, o hotel seria inaugurado em 1963 e objecto de diversas ampliações nos três anos seguintes.²⁶ Foi um processo indicativo da forma, ainda experimental, como esta obra é entendida, quer da parte do cliente, quer da parte do projectista, avançando à medida das necessidades e disponibilidades de cada um.

Já o Hotel da Balaia, no Algarve, define a fronteira entre o “Conceição Silva Arquitecto” e o “Atelier Conceição Silva”, inicialmente em parceria com Maurício de Vasconcellos.²⁷ É este projecto, realizado para uma sociedade com a participação de capitais holandeses,²⁸ que vai proporcionar o

²⁵ Não concretizado.

²⁶ Numa primeira fase, com a construção de um novo restaurante por cima do corpo dos quartos (1963-1964); numa segunda, com a incorporação de duas piscinas exteriores (1963-1965); e, numa terceira, com a ampliação para um novo corpo, que faz a ligação à marginal, onde se viriam a instalar mais quartos, uma “boîte” e um pavilhão-restaurante (1965-1966).

²⁷ Parceria que é formada em 1965 e que se iria manter até 1967.

²⁸ A Sociedade Hoteleira da Balaia, composta pela Orey & Antunes Sociedade Comercial e pela *Könningk&je Rotterdenasche Lloyd*, sociedade holandesa de navegação representada pela empresa portuguesa.

“salto para a frente” do arquitecto e, com ele, da indústria hoteleira em Portugal. Trata-se de um salto com implicações inevitáveis, e inadiáveis, para a cultura arquitectónica portuguesa.

Conceito inédito no país, o contrato “chave-na-mão” da Balaia equacionava a actuação profissional sob uma nova perspectiva: para além da concepção do edifício, cabia pela primeira vez ao arquitecto criar as condições materiais para a sua concretização, controlando desde o investimento, aos processos e meios de construção, ao *design* de mobiliário e de equipamento, até à decoração e ao desenho do logótipo. “Deixou de ser [...] o ‘arquitecto de bengala’, [...] e passou a ser um elemento de uma grande engrenagem” (Silva, 1971: 46). Essa engrenagem compreendia diferentes áreas de intervenção. Entre 1967 e 1969, são criadas a AC – Trabalhos de Arquitectura e Construção; a ARP – Agência de Realizações Publicitárias;²⁹ e a SIURBE – Sociedade de Investimentos Imobiliários. Todas operavam sob a administração directa do arquitecto, funcionando em estreita colaboração com o seu atelier. A convicção de Conceição Silva era a de que o arquitecto devia assumir um papel mais activo na produção da arquitectura, tomando as rédeas de todo o processo.

Esta colagem da prática profissional aos mecanismos do desenvolvimento capitalista – o arquitecto tornado promotor e empresário construtor – não é bem recebida numa classe que se identificava com ideais de esquerda e se apresentava ideologicamente empenhada na defesa da função social do arquitecto. Isso é evidente nas cisões que se esboçam no Encontro Nacional de Arquitectos de 1969, entre os que advogam uma “comercialização” da arquitectura, perspectivando “uma convergência das estruturas da produção e da realização” (Taveira, 1969: 53), e os que defendem a isenção ética do arquitecto, enquanto agente social e cultural independente dos interesses do capital³⁰. O Encontro é realizado oito meses depois de o Hotel da Balaia fazer a capa da revista *Arquitectura*.³¹ Coincidência? Interessante é o facto de, apesar de ser uma “arquitectura do turismo” a desencadear todo este debate, o tema do turismo e das suas

²⁹ Com um programa próprio no Rádio Clube Português, intitulado “Vector”, e que seria transformada, em 1973, na PUBLITOTAL.

³⁰ No Encontro Nacional de Arquitectos de 1969, Keil do Amaral reconhecia uma divisão na classe profissional, entre os que tinham o seu caminho traçado – “ganhar muito dinheiro, fazer muitos trabalhos, ser um próspero chefe de empresa, cultivar relações rendosas” – e os que tinham “outras aspirações na vida e certas dúvidas sobre a excelência dos métodos neo-capitalistas de fazer a felicidade dos povos atafalhando-os de bens de consumo” (*apud* Costa, 2007: 106).

³¹ No número de Março-Abril de 1969.

implicações no exercício da arquitectura estar completamente ausente das preocupações dos profissionais portugueses.³²

Tróia fixa a deslocação de escalas verificada no Encontro Nacional. Já não se trata apenas de equipar o lazer, mas de desenhar, de raiz, o território do turismo. Da “arquitectura total” da Balaia evolui-se para o conceito de “paisagem total” de Tróia, onde, mais do que de megaestruturas arquitectónicas, se fala de cidades e de complexos de cidades de férias. A paisagem deixa de ser entendida como objecto de contemplação para ser consumida como um bem imediato.

Processo longo, de 1962 a 1974 cruzam-se nesta língua de areia três sociedades de investimento turístico,³³ que promovem quatro planos diferentes, coordenados por três arquitectos distintos.³⁴ De Francisco Keil do Amaral a Francisco Conceição Silva, passando por João Andresen, a Península de Tróia vai ser pensada e desenhada para responder às solicitações de uma classe trabalhadora que vê reconhecido o direito a 22 dias anuais de férias remuneradas, com a promulgação do Decreto-Lei N.º 49:408, de 24 de Novembro de 1969. Mas, se Keil defende a dispersão da construção segundo um modelo de urbanização de baixa densidade e altura, Andresen e Conceição Silva, em resposta às exigências da Soltroia de uma melhor adequação da proposta ao que entendia ser as solicitações do moderno turismo internacional, optam por uma ocupação concentrada favorecendo o desenvolvimento vertical – solução que aliava a rentabilização do investimento a uma optimização dos recursos naturais do território.

Com base nesses pressupostos, Conceição Silva desenvolve, inicialmente apenas para a Ponta do Adoxe, um vasto programa de oferta turística que compreendia várias tipologias de alojamento, permanente e temporário, apoiadas por uma extensa rede de equipamentos culturais, comerciais

³² No Encontro foram apresentados à discussão seis temas: Tema 1 – Sindicalismo; Tema 2 – Política do Solo; Tema 3 – A repercussão na actividade do arquitecto das actuais estruturas da sociedade portuguesa e a sua intervenção nessas estruturas; Tema 4 – Participação popular e trabalho do arquitecto no desenvolvimento urbano; Tema 5 – A comunicação como contestação; e Tema 6 – Arquitectura e burocracia. Em todo o material produzido antes, durante e depois do Encontro, que conseguimos recolher, não há uma única menção à palavra turismo.

³³ A Soltroia – Sociedade Imobiliária de Urbanização e Turismo, de capitais predominantemente brasileiros; a Sociedade Turística Ponta do Adoxe, parceria constituída pela Soltroia, a Torralta e a AC – Trabalhos de Arquitectura e Construção de Conceição Silva; e a Torralta – Clube Internacional de Férias.

³⁴ As “Bases Urbanísticas para a criação de um Centro Turístico em Tróia” (1962-1964), da equipa coordenada pelo arquitecto Francisco Keil do Amaral; o “Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Península de Tróia” (1964-1965), do arquitecto João Andresen, integrado no Gabinete Técnico da Soltroia; o “Plano de Urbanização da Ponta do Adoxe” (1970-1973) e o “Plano de Urbanização da Península de Tróia” (1973-1974), ambos da responsabilidade do Atelier Conceição Silva.

e desportivos que ia ao encontro da perspectiva de que “um turismo de qualidade define-se pelo que oferece e não pela capacidade económica do turista dito de qualidade” (Silva, 1972: 6). Simultaneamente, procurou-se garantir a coerência formal e espacial do conjunto, conferindo-lhe uma identidade própria, pela linguagem arquitectónica e pela solução urbanística adoptadas. “Imagem” e “ambiente” estão na base da relação entre turismo e arquitectura.

O sucesso desta primeira fase de construção levaria ao estudo do alargamento da intervenção para a zona da caldeira, centrado no projecto da marina. Para a concretização da proposta são postos no mercado títulos de participação com taxas de juro acima das praticadas pela banca, abrindo a possibilidade de lucro a um número alargado de pequenos investidores. É um esquema de financiamento inovador que vinha antecipar as operações de “time-sharing” popularizadas nos anos oitenta. No entanto, a crise do petróleo, em 1973, e o 25 de Abril, de 1974, levariam à suspensão de todo o projecto, obrigando à intervenção estatal no processo de falência da Torralta. O sonho de construir uma cidade dedicada exclusivamente ao turismo ficava, assim, por concretizar em Tróia. Seria preciso ir ao Algarve, mais precisamente a Vilamoura,³⁵ para perceber as verdadeiras implicações desta utopia.

Conclusão

Com o agravamento da situação, internacional e nacional, do início da década de 1970, o sector do turismo entra em estagnação. O planeamento da costa, como o de todo o país, parece ter sido esquecido e só, em 1986, com um “Plano nacional de turismo”, volta a ser tema de discussão. As décadas seguintes são de saturação do território e a afirmação de Fernando Rosas encontra, agora, um significado ainda mais profundo. Em *Cidade e democracia*, de Álvaro Domingues, ou *Portugal visto do céu*, de Filipe Jorge, as imagens construídas do desenvolvimento económico e social das décadas de 1980 e 1990, com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, testemunham o desequilíbrio do “cimento armado” sobre a paisagem natural, em especial na orla costeira. Mas, se é neste tempo de democracia que encontramos, de forma mais consensual, os maiores erros

³⁵ Em 1965, Cupertino de Miranda, principal accionista da LUSOTUR - Sociedade Financeira de Turismo, e presidente do Banco Português do Atlântico, compra a antiga Quinta da Quarteira para, também, aí se construir uma cidade de turismo. O “Anteplano de urbanização de Vilamoura”, desenvolvido por uma parceria internacional que congregava equipas de projectistas dos Estados Unidos (Carver Baker & Associates, Los Angeles), França (SETAP, Paris) e Portugal (GEFEL, Lisboa), seria aprovado a 21 de Março de 1966, muito antes do plano de Conceição Silva para Tróia.

urbanísticos e arquitectónicos perpetrados no contexto português, temos vindo a optar por ignorar e, mesmo, demolir algumas das experiências mais interessantes dos “anos de ruptura” da década de 1960. São experiências que marcaram um ponto sem retorno para a classe profissional e que testemunham o impacto do turismo no seio da disciplina. E apesar do tema do turismo estar ausente, ainda hoje, das reflexões críticas dos arquitectos portugueses, a verdade é que aquelas obras foram um contributo fundamental para o “acertar de agulhas” da arquitectura portuguesa com o panorama da produção internacional.

“Arquitecturas descartáveis”, até que ponto são tão diferentes ou menos interessantes que as mais recentes propostas para a Península de Tróia, para o Estoril ou para Óbidos? Não constituem elas a própria lição que, esquecida, é agora recuperada com “roupagem” nova e apresentada como inovação – “Troiaresort”, “Estoril Residence” e “Bom Sucesso – Design Resort, Leisure, Golf & SPA”? São perguntas que devíamos aprofundar.

“A questão não é se devemos ou não preservar o passado, mas que tipo de passado escolhemos preservar” (Urry, 2002: 99).

Referências bibliográficas

- Amaral, Keil do Amaral (1961), “Nuvens negras sobre o futuro do Algarve”, *Diário de Lisboa*, 23 Fevereiro, 1 e 11.
- Amaral, Keil do (1962), “Bases para o desenvolvimento turístico do Algarve”. [Texto manuscrito]
- Cohen, Erik (2004), *Contemporary Tourism. Diversity and Change*. Amsterdam: Elsevier.
- Costa, Alexandre Alves (2007), “Três andamentos”, in *Textos datados*. Coimbra: Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, 103-107.
- Dumazedier, Joffre (1962), *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Éditions du Seuil.
- Ferreira, Claudino (1995), “Estilos de vida, práticas e representações sociais dos termalistas. O caso das Termas da Curia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 43, 93-122.
- Frampton, Kenneth (1997), *História crítica da arquitectura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gaviria, Mario (1974), *España a go-go. Turismo charter y neocolonialismo del espacio*. Madrid: Ediciones Turner.
- Lôbo, Margarida de Souza (1995), *Planos de urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto: DGOTDU/FAUP Publicações.
- MacCannell, Dean (1999), *The Tourist. A New Theory of the Leisure Class*. Berkeley: University of Califórnia Press. [1ª ed., 1976]
- Rosas, Fernando (coord.) (1994), *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 7.

Silva, Francisco Conceição (1971), “Entrevista”, *Arquitectura*, 120, 42-46.

Silva, Francisco Conceição (1972), “Que turismo para Portugal?”, *Diário de Lisboa*, 7 Julho, 6-7.

Taveira, Tomás (1969), “Hotel da Balaia”, *Arquitectura*, 108, 53-55.

Urry, John (2002), *The Tourist Gaze*. London: Sage Publications. [1ª ed., 1990]